

44 anterior com a aprovação da estrutura, está aqui comigo. O nosso secretário
45 daqui está doente fez uma operação de vesícula e não pôde vir. Nós temos
46 apreciação da ATA da reunião anterior e aquela prática de sempre, se alguém
47 pode fazer a leitura da ATA ou se alguém quer questionar, pois se não tiver nós
48 aprovamos e começamos os trabalhos. Tem algum questionamento com
49 relação à ATA anterior? **Dr. Moura:** Primeiro tenho que confessar que não li a
50 ATA por motivos de saúde, mas gostaria de perguntar se na ATA está prevista
51 a colocação da pauta de hoje exatamente isto aqui, e não foi levantado
52 também o problema do licenciamento da CIANPORT e da VOTORANTIM,
53 VOTORANTIM você já falou, então só gostaria de saber se está registrado em
54 ATA esses questionamentos? **Dr. Colares:** Já está registrado o
55 questionamento, e com relação à VOTORANTIM, não estava inicialmente
56 previsto pra cá, mas nós suspendemos o projeto VOTORANTIM aqui hoje, por
57 isso que ele não está, acabamos fazendo a pauta arranjada que foi a zero
58 setenta e nove, não estava previsto a zero setenta e nove para hoje. O que
59 estava previsto era que a comissão era formada ia trabalhar e finalizando o
60 trabalho nós marcaríamos uma pauta só para discutir a resolução zero setenta
61 e nove. Com relação à CIANPORT eu quero comunicar a vocês o reclame que
62 foi feito, é que teria que ter na CIANPORT por sugestão da SEICOM aquela
63 proposta de contratação das indústrias navais. Tive uma discussão agora com
64 o setor naval e com a SEICOM. Qual é a questão técnica que levantei para o
65 pessoal? Só para chamar a atenção que os portos de Miritituba estão
66 contratando com o setor naval, a CIANPORT fez um contrato de cento e
67 quatorze milhões, a RIO TURIA, a BUNGE noventa por cento dos
68 equipamentos da BUNGE está sendo contratada com a indústria local, a
69 Hidrovia do Brasil sessenta por cento está sendo contratada pela indústria
70 local. Então levantei para ele que ficaria complicado, pois uma coisa é
71 estabelecer condicionante sócio-econômico, outra coisa é dizer: Que nós só
72 liberamos a licença se vocês contratarem aqui com o setor, porque não tem
73 vinculação direta um objeto como esse, com o licenciamento ambiental, porque
74 vai ficar parecendo os chamados digo olha, só assino a licença ambiental, se
75 vocês contratarem com a indústria local, nós não temos amparo jurídico para
76 fazer isso. E eu disse para ele o seguinte: É diferente de como nós fizemos
77 com a ATAP o compromisso dela é fazer investimento de reivindicações dos
78 atrativos sociais para ter o mínimo de investimento social na área de que vocês
79 assinaram o compromisso, e eu condicionar esse compromisso no
80 licenciamento, se houver uma mobilização, o que falta e eu chamei a atenção
81 no setor, é que o setor ele não foi puxado politicamente, não houve um arranjo
82 inicial para preparar o setor para esse tipo de avalanche que vai acontecer
83 aqui, então o setor ficou desamparado, ficou só, e aí a SEICOM se volta pra
84 SEMA e diz não, então você vai lá só se contratar aqui. Acredito que é uma
85 coisa distorcida que vai ser feita, o que nós acertamos com ele, que uma coisa
86 é a SEICOM junto com a FIEPA, junto com o representante do setor naval,
87 chamar os empresários dos portuários e fazer um compromisso, e se o setor

88 naval tem competitividade, tecnologia e qualidade de produto, então ele
89 apresenta a oferta desse produto e catalisa essa demanda para o setor. E aí o
90 setor faz um termo de compromisso com a SEICOM, FIEPA etc. E esse termo
91 de compromisso nós vamos exigir, tal como nós fizemos com a BELO SUN,
92 que inclusive vai criar o fundo de desenvolvimento social para incluir as ações
93 e os investimentos de ordem social e de mudança da base produtiva local.
94 Inclusive com o comprometimento do beneficiamento do outro município, isso
95 foi um acordo feito pactuado e nós exigimos isso como condicionante, como
96 efeito sócio-econômico. Nessa mesma linha pode ser tratada também com
97 relação aos portos, e todos os licenciamentos dos portos terão esse
98 condicionante e cumprir esse termo de compromisso com o governo do estado
99 e com o setor naval. Aceitaram plenamente, a SEICOM, o setor naval vai fazer
100 uma proposta de termo de compromisso, vão chamar os empresários dos
101 portos, ajusta esse compromisso e comunicar a SEMA e evidentemente ao
102 COEMA, para que haja esse condicionante de comprometimento com os
103 investimentos na indústria naval, até porque um a coisa muito importante, o
104 lobby, o FUNDO DE MARINHA e que financia esses projetos, é um lobby
105 político muito maior. E com o pessoal do Amazonas tem esse lobby, o nosso
106 pessoal não tem uma mobilização política em relação a isso, quando o cara já
107 chega aqui para fazer um porto aqui, ele já tem um contrato feito lá que o
108 FUNDO MARINHA vai para Manaus e já tem um ajuste, e já tem isso, e nós
109 não fizemos isso. Então essa mobilização, esse lobby, tem que partir do setor
110 empresarial, costurado isso aí vem conosco, pois nós fomos chamados
111 atenção da equipe e daí na apropriação simplesmente dizer; Porque os caras
112 irão achar que estamos fazendo uma imposição, e dizer que só liberamos o
113 licenciamento de portos aqui se vocês contratarem com o setor naval local,
114 mas não dá para fazermos isso, e eles me compreenderam a própria SEICOM
115 me compreendeu. Agora naquilo que a CIANPORT se comprometeu, ela
116 cumpriu parte do próprio representante do setor naval em torno de vinte por
117 cento dos investimentos, já que ficaram esses cento e quatorze, cento e
118 quarenta e seis milhões, eles investiram lá, a CIANPORT, mas a RIO TURIA
119 está comprando as balsas, a HIDROVIA DO BRASIL está comprando as
120 balsas lá, então o setor naval não tá parado. **Dr. Leal:** Bom dia a todos, eu não
121 sei, se o conselheiro Moura, levantou a questão da CIANPORT na mesma linha
122 que eu vou abordar. E eu conversei com ele um pouquinho antes de começar a
123 sessão, o fato é presidente, que a reunião plenária que tínhamos aprovado a
124 LP da CIANPORT, em seguida ela foi questionada, essa LP, por que a
125 CIANPORT não tinha apresentado e como não apresentou duas questões de
126 caráter técnico: Uma era o projeto de instalação de que chamou-se aqui de
127 Super Postos que seriam os centros logísticos, que foi levantado aqui pelo
128 conselheiro Zé Carlos, e o segundo tema foi levantado por mim, uma questão
129 do estudo do substrato daquela região que é composto por uma unidade
130 geológica, fundamentalmente formada por calcários, que são rochas que do
131 longo tempo permitem a criação de cavernas de vazios que pode prejudicar e

132 criar uma situação de calamidade na região. Então foi estabelecido e está na
133 ATA que a LP seria suspensa até que, fosse acrescentada nas condicionantes,
134 a exigência desses dois estudos. Na plenária seguinte o assunto volta a par, e
135 está também na ATA, e que não foram e nem foi suspensa a LP e nem foi
136 acrescentada as condicionantes. Então o assunto é este, e não seria o assunto
137 que o senhor levantou. **Dr. Colares:** Não, só a SEICOM levantou esse assunto.
138 **Dr. Leal:** Coisas, que nós tínhamos estabelecido, e que está na ATA da
139 reunião, é que inclusive o técnico responsável, Felipe Lavorato, ao apresentar
140 aqui que se comprometeu que trinta dias depois ele traria o estudo desses dois
141 assuntos ou lamentavelmente até hoje não foi feito. **Dr. Colares:** Bom, eu não
142 tenho condições de responder aqui até por que o pessoal não está aqui, mas
143 isso saiu como condicionante da LP, não como condicionante da LP para a LI,
144 mas na LP saiu como condicionante esse estudo, inclusive ele se
145 comprometeu a fazer, eu na sei da data que ele diz trinta dias. **Dr. Leal:** a data
146 foi dada. **Dr. Colares:** Mas eu não tenho aqui a LP, mas esse condicionante
147 está lá, o condicionante que não está, foi o condicionante apresentado pela
148 SEICOM, que ela queria estabelecer esses contratos com a empresa naval. Foi
149 questionado inclusive no ano passado quando nós tivemos uma reunião com
150 vocês lá, e eu abordei isso para a SEICOM, por que houve uma resistência dos
151 técnicos e os técnicos me afirmaram, se nós formos colocar isso aí, não tem
152 justificativa técnica ambiental para fazer isso. E aí eles optaram por não colocar
153 e a SEICOM questionou, motivo pelo qual fui chamado na semana passada
154 como que, eu falei, pelo setor empresarial e eles entenderam plenamente e se
155 propuseram a fazer então esse pacto, chamar o setor para conversar,
156 estabelecer um termo de compromisso, comunicar a SEMA tal como fizemos
157 também tanto com a Belo Sun quanto fizemos com a prefeitura lá de Itaituba
158 em relação a estes investimentos prévios da mitigação lá no município. **Dr.**
159 **Leal:** Presidente eu insisto, que, na Ata e era uma decisão do conselho que
160 teria que suspender a LP e acrescentar as condicionantes, inclusive o
161 conselheiro Moura, que é o presidente da Câmara técnica, chegou a conversar
162 com os técnicos da SEMA, que estavam de certa forma resistentes a
163 acrescentar esta questão. Na plenária seguinte, foi decidido pelo conselho, que
164 teria que ser suspensa a LP e acrescentado. Eu peço testemunha. **Dr.**
165 **Colares:** Não é o seguinte Leal, não vamos fica debatendo aqui, se não nós
166 não saímos daqui, nós vamos refazer esse registro e eu vou pedir para o
167 conselho levantar inclusive a gravação se tiver decidido isso nós vamos
168 chamar a empresa, porque se não vamos criar mais um problema, a empresa
169 tá lá pra apresentar a LI, a exigência vai ter que ser feita para a LI, se ele não
170 apresentar o estudo até o prazo da LI, ele não vai ter LI. O fato da LO, a LO é
171 para a aprovação da localização e tantos condicionantes, ele vai ter que ser
172 exigido porque se não ele não estala gente, isso vai suspender a LP e não faz
173 sentido. **Dr. Leal:** Bom eu insisto no acordo senhor presidente, me permitem e
174 me perdoem a insistência, mas é porque foi uma decisão de conselho, de certa
175 forma o conselho fica prejudicado no seu comportamento, lamentavelmente eu

176 estou falando só, eu gostaria muito de ouvir os outros conselheiros, até parece
177 que é uma questão pessoal, mas não é. **Dr. Colares:** Não é questão pessoal,
178 vamos fazer ser objetivo, Moura, por favor. **Dr. Moura:** Recapitulando os fatos
179 todos, nós estamos brigando a respeito desse licenciamento provisório desde a
180 data da discussão aqui e nós levantamos a importância fundamental, dos
181 pontos levantados pelo conselheiro Zé Carlos e pelo conselheiro Leal, que é
182 problema do subsolo e o problema do super posto de estacionamento. Então,
183 não me lembro e não tenho registro de ter sido colocado como
184 condicionamento de licenciamento provisório, e sim do licenciamento de
185 instalação e sim de colocar como condicionante no licenciamento provisório.
186 **Dr. Colares:** Mas gente, o condicionante do licenciamento provisório o
187 condiciona e aí é o seguinte, se ele não fizer isso ele não vai ter o
188 licenciamento de instalação, não é que vou aprovar a instalação. Para ele
189 solicitar a licença de instalação é necessário que ele tenha cumprido todos os
190 condicionantes relacionados, os super postos. E o que eu estou chamando a
191 atenção, a minha discordância deles é com relação, suspende a LP. A LP é
192 dada apenas para a aprovação da localização ponto, isso tá aprovada a
193 localização, mas para ele iniciar a instalação é necessário ele cumprir tudo que
194 foi estabelecido em uma condicionante. **Dr. Moura:** Exatamente, mas isso que
195 nós estamos dizendo a gente tem que cumprir os prazos. **Dr. Colares:** O que
196 eu vou checar e prometo aqui checar, é levantar o condicionante checar a
197 execução disso aqui, porque os condicionantes, todos os condicionantes da LO
198 é para ele poder requerer a LI. A condicionante da LP é para ele poder
199 requerer a LI se ele não cumprir, é que nem a história da Belo Sun, que nós
200 condicionamos o estudo indígena, ele vai ter que fazer o estudo indígena, um
201 ano, dois anos, ou três anos. Para iniciar o processo, ele não vai iniciar a
202 instalação lá naquele porto se ele não tiver o estudo da história lá dos extratos
203 de calcário. **Dr. Moura:** Senhor presidente o que nós estamos aqui discutindo,
204 é que os prazos determinados não estão sendo cumpridos. **Dr. Colares:**
205 Vamos checar isso então. **Dr. Moura:** Tá ok. O que quero lembrar é que desde
206 a emissão dessas licenças provisórias nós temos recebido informações de que,
207 gente daqui da SEMA se recusou a colocar esses pontos, se já foi discutido
208 aqui, não quero levantar de novo, mas só lembrar que praticamente, há
209 embargos a colocação das decisões acumuladas aqui do conselho. **Dr.**
210 **Colares:** A única decisão que foi contrária, o pessoal técnico que já expliquei
211 para a SEICOM, foi exatamente isso, nós estamos sujeito ao questionamento
212 inclusive jurídico e o pessoal levantou esse problema e aí houve essa
213 discussão da SEICOM. Nós tivemos essa discussão agora no final, nessa
214 semana lá com a SEICOM, com setor naval e com todo mundo, concordou da
215 impropriedade de chegar aqui e condicionar o licenciamento a compra aqui.
216 Inclusive porque na licença geral eles têm como obrigação estimular e
217 incentivar os fornecedores locais entendeu, e aí a questão se há um pacto, se
218 há costurado antes como parte do setor empresarial e da secretaria articula
219 política do desenvolvimento de articular isso aqui e colocar para a SEMA, é

220 uma coisa, outra coisa é a gente chegar aqui e dizer, não tem que colocar é
221 complicado, é isso que nós achamos, foi essa a resistência que o pessoal
222 fizeram. Agora, aí tu dizes assim; Mas, o COEMA determinou então vou
223 chamar aqui e vamos rever e colocar lá por exigência do COEMA, só que fica
224 uma situação. E aí fica digo assim, o que é o dilema de um secretário de meio
225 ambiente não é? O setor todo, todo mundo reclama da secretaria de meio
226 ambiente porque a gente passa anos para da uma licença, exige um monte de
227 coisas, aí o setor empresaria vem e diz. Não, vocês exigem querem ter que
228 compra aqui. Aí eu vou dizer para o setor portuário: Olha quem quiser fazer
229 porto no Pará tem que primeiro comprar aqui na indústria naval aqui se não
230 tem. Se não for uma articulação no interior? Mas eu vou observar isso. **Dr.**
231 **Moura:** Eu só quero colocar mais um ponto, é você falou aqui, o presidente
232 falou agora, o COEMA decidiu então nós vamos ter que fazer, não aqui o
233 COEMA discute e nós temos aqui a possibilidade de trazer toda uma
234 assessoria jurídica pra dizer, isso pode e isso não pode, na hora ninguém disse
235 que não podia. Então se nós decidimos e não podia na hora da discussão da
236 ATA, é só olha, isso aqui não vai ser possível porque juridicamente não é
237 possível. **Dr. Colares:** Eu vou fazer o que? Eu fico se argumentação tem razão,
238 nós vamos recomendar registra-se em ATA. **Dr. Zé Carlos:** Colares? Têm duas
239 coisas, duas situações que se precisa resolver. Uma é a seguinte, é uma
240 decisão que não foi questionada por ninguém e está em ATA inclusive com a
241 concordância do empreendedor. Com a concordância do empreendedor, que
242 ele em trinta dias apresentaria aqui no COEMA as soluções técnicas para o
243 super postos e para a questão levantada pelo calcário, questão geológica do
244 solo da região então esse, nós temos que resolver, porque isso aí não tem
245 questionamento jurídico de absolutamente nada. Tem uma falha do
246 empreendedor paraense e o COEMA, não é, porque nós aqui precisamos
247 resolver, porque isso desmoraliza esse colegiado. Em trinta dias ele viria aqui e
248 apresentaria isso e levaria parte inclusive da LP, precisava resolver isso porque
249 é uma decisão que não tem questionamento jurídico algum, ela não foi
250 implementada e isso desmoraliza uma decisão do colegiado, precisa resolver
251 isso. A segunda questão é com relação à questão da SEICOM, essa tem
252 inclusive de emergência, não sei se todos concordam com a mesma coisa, mas
253 precisa debater essa questão da SEICOM. E também por traz disso tem o
254 seguinte, eu não sou radicalmente contra que a gente tome uma decisão aqui
255 às vezes errada equivocada, que não possa ser revista, o problema é, que os
256 técnicos não podem fazer por vontade própria sem vir aqui convencer os
257 conselheiros, que nós estamos errados e eles boicotarem uma decisão nossa
258 não adotando aquilo que foi decidido aqui, isso não pode. **Dr. Colares:** Tá
259 certo. **Carrera:** Bom dia a todos. Era justamente a essa questão, sobre a
260 legitimidade das decisões do Conselho, e em outro momento nós já tivemos
261 decisões do Conselho que não foram publicadas no Diário Oficial como
262 deveriam ser. Então a decisão eu acho que nós temos que fazer com que as
263 decisões do Conselho sejam efetivadas ou então observadas no momento,

264 mas que o Conselho tenha resposta. O que não pode é se fazer tomar uma
265 decisão a revelia, que o Conselho decidiu, que essa instância tem caráter
266 deliberativo, e mesma instância superior. Por tanto a gente tem que buscar, eu
267 acho que não é no sentido. E estou falando aqui como representante dos
268 servidores não é no sentido da maldade do descredenciamento da
269 deslegitimação do Conselho como com certeza, mas que esse ajuste tem que
270 ser feito? Tem. Porque se não acaba te desmoralizando efetivamente do
271 Conselho não é? Então só essa observação para a gente buscar um compasso
272 maior entre ação técnica e ação desse Conselho. **Dr. Colares:** Tá bom,
273 concordado, eu vou tomar a seguinte providência. É eu vou reunir a equipe
274 técnica, vou verificar essas duas condicionantes. Uma vez que eu conversei já
275 com o setor, conversei com a SEICOM a gente deixa como está à parte da
276 balsa a história do contrato naval uma vez que a nós já temos um
277 equacionamento do setor, uma conversa a gente deixa como está. O conselho,
278 eu digo assim, aceita a proposição da presidência deixar como estar já que
279 houve essa negociação, já que a própria empresa contratou apesar de o
280 representante de lá disse, olha do total de balsa ele só contratou vinte por
281 cento deu cento e quatorze milhões, mas que dos outros empreendimentos têm
282 contratado balsas, no setor, mas não que seja que, vá haver que essa
283 mobilização com a coordenação da SEICOM para ter esse termo de
284 compromisso para nos facilitar esse condicionante. Então se o Conselho
285 aceitar essa questão da balsa fica de fora, e eu vou chamar a equipe e verificar
286 o ordenamento. Verificar, compatibilizar a ATA com a licença da LP com
287 relação ao cumprimento desses dois pontos aí. Exigir para a empresa vir fazer
288 aqui uma exposição para o Conselho tá certo pessoal? Bom eu acho que a
289 ATA fica aprovada com essa ressalva ou a gente deixa para aprovar. Para
290 checar se está na ATA esse registro, porque dessa ATA aqui foi à reclamação
291 que foi feita, isso que vocês estão questionando, se na reclamação esta
292 constando na ATA, que eu acho que a reclamação está feita, não é? Confesso
293 que eu não peguei a ATA agora para dar uma checada. **Dr. Moura:** Eu só
294 quero lembrar, eu não sei se foi feito aqui no COEMA, quando o Conselho
295 Estadual de Recursos Hídricos, as sugestões que as ATAS tragam uma
296 ementa com o levantamento de pelo menos, dois itens que estão sendo
297 abordado na ATA, para sintetizar ou então o quê que possa direcionar na ATA,
298 que às vezes trinta quarenta páginas são difíceis. Mas foi do COEMA ou do
299 Conselho? **Dr. Colares:** Não, mas eu acho que não, falaste da preocupação de
300 que a ATA tem muita coisa, e é apenas uma reprodução. Bom pessoal. O que
301 estar em pauta é a discussão da resolução zero setenta e nove, e duas coisas.
302 Foi criada uma comissão aqui formada pelo Ministério Público, a OAB e o Leal.
303 **Dr. Leal:** E o Carrera também. **Dr. Colares:** Sim o Carrera foi incluído. Essa
304 comissão tem como objetivo fazer uma revisão da resolução zero setenta e
305 nove para estabelecer três pontos básicos, o aumento de porte das atividades
306 de autonomia do município, sujeita a estruturação técnica do município, se o
307 município tem autonomia, mas ele vai executar sua autonomia dentro que,

308 tenha estruturação técnica para executar, e no terceiro ponto, pontuar os
309 critérios com relação à possibilidade de consórcio no município. Três questões
310 que eu quero só equacionar com a atenção dos senhores. Essa é uma decisão
311 do conselho, ordem de contribuição de todo canto, mas é o conselho que quer
312 decidir, está lá na Lei de complementação, isso é muito importante. Tem
313 também hoje a **Lei sete mil trezentos e oitenta e nove**, que é a lei do
314 deputado **Gabriel Guerreiro**, que nós estamos aqui, que essa lei vai ter que
315 ser revogada uma vez que a **Lei cento e quarenta** transfere efetivamente,
316 definitivamente ao Conselho a contribuição, do que é impacto local. Bom eu
317 acho que independente da revogação da Lei, nós temos que trabalhar aqui
318 definir essa resolução. Define a resolução e pede a revogação da Lei, não
319 fazer ao contrário, pedir a revogação da Lei porque se não vai criar uma
320 polêmica lá na Assembléia Legislativa e sem fazer a resolução, nós temos que
321 montar a resolução e pedir a revogação da Lei, essa é a minha proposição.
322 Para isso nós tínhamos que ajustar aqui com relação à mudança da resolução
323 zero setenta e nove. Eu quero dizer a vocês, da proposição que a autonomia e
324 o corte, eles tem que estar ao vinculado à estrutura técnica, porque hoje
325 embora até pela **Lei Gabriel Guerreiro**, por exemplo, o município hoje teria a
326 autonomia para licenciar o manejo florestal, porque não foi revogado na **Lei**
327 **sete mil trezentos e oitenta e nove**. Estão lá, três mil hectares, só que eu
328 tenho recebido vários prefeitos fazendo essa reivindicação para mim, eu tenho
329 dito para eles, uma coisa é tua autonomia, outra coisa é tua condição de fazer,
330 como é que um município vai fazer manejo florestal, se ele não tem SEPROF
331 se não tem SISFLORA, entendeu? Então não tem como, não tem como validar
332 o CAR, como é que tu vais acompanhá-lo? Então não faço, tanto que eles
333 pedem delegação, não mandamos delegação, e se algum município hoje está
334 fazendo licenciamento ambiental ele está sujeito a penalidade dos órgãos de
335 controle, por quê? Porque ele teria que ter SEPROF ele teria que ter aquilo
336 outro. Esse é um ponto, por isso que eu não vejo qualquer dificuldade à gente
337 aumentar o porte para o município, só que vincular a atividade, a estruturação
338 respectiva, o município pode sim e deve o município da região das ilhas
339 licenciarem aqueles postos flutuantes. Mas ele vai ter autonomia para fazer
340 isso, desde que ele tenha lá a estruturação técnica correspondente, engenheiro
341 químico e etc. E na linha que já discutimos a ideia de a gente formular
342 alternativas para que o município se estruture tecnicamente principalmente de
343 capital humano que aí seria a questão do consórcio, a participação da
344 associação dos municípios em fornecer uma base técnica para determinadas
345 atividades que o município não tem condições de trabalhar, não tem condições
346 de contratar. Ponta de Pedras pode licenciar os flutuantes, então um flutuante
347 na frente, ele acompanha, ele monitora. E contrata um engenheiro químico só
348 para isso, então teria condições da associação dos municípios do Marajó ter
349 essa equipe técnica e disponibilizar o município para que faça aquela atividade
350 para que o secretário de meio ambiente faça esse parecer e homologue ou não
351 o licenciamento, é essa a questão que eu quero colocar para vocês, mas

352 gente, eu já vou passar a palavra. Eu quero fazer um apelo aos senhores, nós
353 temos que resolver esse problema da zero setenta e nove que é insustentável,
354 é irracional a concentração da competência ambiental aqui na SEMA. É
355 impossível qualquer gestor dar conta. Eu tenho um acúmulo, eu tenho
356 reivindicações de deputados, de técnicos para licenciar areia, em Castelo dos
357 Sonhos, são mais de dois mil quilômetros daqui. De Rurópolis, é areia, é seixo.
358 É um loteamento de dez hectares, é impossível, é impossível atividades que
359 não tenham um impacto significativo, e eu ainda pouco estou com uma
360 pousada lá no Oeste do Pará de seis quartos, e eu licenciar isso. Não tem
361 como gente, todo mundo fala mal da SEMA, e eu hoje estou lá na gerência da
362 DILAP, nós estamos com dez portos para serem licenciados, dez portos. Tem
363 João Paulo, tem Independência, tem as BRs que estão sendo passadas para o
364 estado, tem hospitais tem tudo. Como é que a gente vai dar conta de licenciar
365 ao mesmo tempo as atividades de pequeno porte? É minha Casa minha vida, é
366 areia, é argila, não tem como, não tem, é um hotel. Fui licenciar um hotel em
367 Santarém nós empacotamos com o hotel lá porque a secretaria de lá não tinha
368 habilitação e hoje ela tem uma habilitação que não dá para habilitar para
369 licenciar um hotel em Santarém, que impacto isso tem aqui? Então gente, não
370 tem saída se não houver a descentralização não tem saída. É evidente que a
371 gente quer que a estrutura dos municípios esteja na mais perfeita estrutura
372 com tecnologia, com **SISCAR** que a gente está trabalhando para a integração
373 de sistema. Não podemos esperar por isso, temos que fazer a coisa de forma
374 construir isso paralelamente então eu faço esse apelo, eu passo a palavra ao
375 Zé Carlos para tratar de iniciar essa discussão logo. **Dr. Zé Carlos:** Primeiro é
376 o seguinte, a gente fez uma reunião com a consultoria técnica contratada para
377 debater essa questão junto com o secretário, e naquela reunião eu expressei o
378 que era minha opinião sobre esse processo, e todos concordaram. Eu recebi
379 hoje de manhã cedo quando abri o e-mail a minuta. A minuta da resolução eu
380 recebi hoje pela manhã. **Dr. Colares:** Aquela proposta pelo município verde?
381 **Dr. Zé Carlos:** Pelo Justiniano, eu recebi hoje pela manhã, porque ele havia
382 nos prometido preparar a resolução para nos entregar logo após o carnaval
383 para a gente poder reunir. Então, ou seja, a comissão criada não reuniu e não
384 conhece a proposta. Para você ter uma ideia ele repetiu exatamente a mesma
385 lógica, que vem sendo presidida pela resolução zero setenta e nove e a gente
386 discutiu que seria diferente, por exemplo, aqui o colega Sergio que está aqui, e
387 o Flávio como pode se expressar, eles me mostraram um exemplo ali na tabela
388 deles porque repete a tabela, repete os mesmos erros. Então uma granja, por
389 exemplo, ela só tem viabilidade econômica a partir de quinze mil de bicos, até
390 quinze mil bicos não tem viabilidade econômica aí na lógica deles tá. **Dr.**
391 **Colares:** Dez mil. **Dr. Zé Carlos:** oito mil, presumiu, então não faz qualquer
392 sentido. Então porque a lógica está errada, a lógica que discutindo era que o
393 impacto local que acontece dentro do município está como discutiu que a
394 estratégia que para ele retirar da competência ambiental local e deixar aquilo
395 que acontece no município com o impacto local municipal. No município pode

396 ter um empreendimento municipal de significativo impacto? Pode, Sem
397 problema nenhum, então qual é a minha sugestão? **Dr. Colares:** Só para te
398 falar que essa história do oito mil, tá **Lei sete mil trezentos e oitenta e nove** e
399 na antiga anterior. Isso aqui só para te dar um exemplo, criação de
400 ovinocultura, criação de suinocultura, criação de avicultura, gente isso é
401 município. **Dr. Zé Carlos:** Então veja bem o seguinte, estrategicamente o
402 estado tem estrategicamente que cuidar de recursos hídricos, manejo florestal,
403 mineração. **Dr. Colares:** Terminais portuários. **Dr. Zé Carlos:** Infraestrutura de
404 um modo geral, por quê? Porque aí a gente se especializa em desenvolvimento
405 sustentável. **Dr. Colares:** Só um instante Zé. **Dr. Zé Carlos:** Agora a gente
406 ficar cuidando de areia, seixo, trapiche, manejo florestal de açaí. Aí você tem lá
407 na Ilha do Marajó, o cara tem uma ilha inteira querendo não sei quantos mil
408 hectares tudo planejado de açaí, aí o que você faz? Planta quantos? Três mil
409 pés de açaí três mil hectares, a medida de hectares na Amazônia é diferente
410 da medida de hectares em outro lugar e a gente precisa entender isso, se a
411 gente não tiver uma visão sobre isso nós vamos errar na resolução. Então a
412 minha proposta é que a gente reúna a comissão na segunda-feira, eu to
413 aprovando na segunda-feira, porque eu vou viajar daqui a pouco, na segunda-
414 feira para chegar a uma conclusão e apresentar uma proposta da Comissão.
415 **Dr. Leal:** E com respeito à hora? **Dr. Zé Carlos:** Se concordarem comigo às
416 nove da manhã, disposto a ser na OAB, pode ser na saída da OAB no
417 Ministério Público, entendeu, então a gente fazia uma reunião da Comissão e
418 já deixava marcada uma reunião no COEMA aqui já deixava marcada uma
419 reunião no COEMA para apreciação. **Dr. Colares:** Zé, só para dar um exemplo,
420 indústria de produtos alimentares, fábrica de doce, de caramelo, pelo amor de
421 Deus gente, de charque, fabricação de conserva de frutas, não é para ser
422 licenciado pelo Estado. Por favor, Carrera. **Carrera:** Bem, bom dia novamente.
423 Nós fomos indicados para participar da Comissão e eu justifiquei as duas
424 reuniões e a Comissão a pouco que eu recebi convite, da minha ausência,
425 devido eu estar em sala de aula, e também como com o secretário aqui, o Leal
426 me falou, mas eu já havia apresentado aqui neste COEMA neste conselho e
427 apresentei por escrito para o Leal uma proposição, eu já falei várias vezes com
428 secretário e na segunda-feira passada foi mais uma vez, que a comissão
429 precisa ouvir os técnicos que trabalham com a questão da descentralização. A
430 resolução zero setenta e nove foi uma coisa empurrada goela abaixo de todo
431 mundo não é? E inclusive dos técnicos que trabalham com isso. Agora o
432 COEMA se propõe a fazer um diálogo não é? Mas abrangente, uma base
433 técnica maior para poder reformular a zero setenta e nove. Portanto em diálogo
434 com a direção com mudança da nossa DIPLAN, com os coordenadores com a
435 nossa COGER e mais os gerentes e todos técnicos, nós estamos trazendo aqui
436 para o COEMA, a gente sabe da urgência dessa reformulação e da
437 necessidade dela, mas não pode ser em detrimento de algo maior no sentido
438 de aperfeiçoar ainda mais essa reformulação. Neste sentido nós estamos
439 trazendo para cá para o COEMA, que esta Comissão possa juntamente com o

440 Conselho ouvir a experiência dos municípios habilitados em vez de ter
441 condições de fazer chamar os municípios habilitados porque tem vários
442 gargalos que só eles conhecem na ponta. Chamar os técnicos da COGER para
443 fazer esse debate porque nós no dia a dia nos deparamos com situações
444 complicadas junto aos municípios, tem município com habilitação com um
445 técnico, dois técnicos nós vamos ter o mínimo, nós temos municípios que a
446 gente e vai e faz uma reunião boa com dez, vinte técnicos, no dia seguinte nem
447 o prédio da Secretaria existe mais, aí secretário começa a andar com pasta
448 debaixo do braço, não é? Nós temos municípios habilitados que não tem nem
449 Secretaria, nós temos municípios com termo de cooperação como Marituba
450 que não tem nem mais Secretaria agora é um departamento dentro de uma
451 Secretaria maior. Então tem todo um complexo de situações que a gente traz
452 então como sugestão, que a gente possa fazer essa reunião mais uma vez que
453 estou apresentando ao COEMA, e a Comissão não é? Inclusive que eu faço
454 parte, já justifiquei minha ausência que a gente possa fazer uma equipe técnica
455 uma rede de reunião preliminar possa chamar os municípios para ampliar essa
456 discussão para pegar a contribuição deles e este COEMA possa avaliar
457 também a proposta de fazer estudos mais aprofundados com um tempo maior
458 a respeito do processo de descentralização, a respeito das atividades de
459 impacto ambiental local do seu porte e etc. Para que a gente possa ter um
460 estudo específico porque o que a gente está fazendo aqui é importante, mas
461 nós estamos pegando e elevando o porte o importante é avaliando o
462 componente pessoal de pessoal técnico é importante também, mas tem outros
463 componentes que compõem essa questão da descentralização da gestão
464 ambiental que precisa se aprofundar, por exemplo, por que aumentar de um
465 porte “x” para dois “x” por exemplo, de combustível, só um exemplo para um
466 município “A”, estamos desconsiderando que, a população, estamos
467 desconsiderando as atividades econômicas, estamos considerando as relações
468 hidromunicipais ali naquela região, então o quê que estamos considerando?
469 Então precisamos ter efetivamente um estudo de profundidade da questão
470 econômica social das Leis que dialogam com essa matéria para que a gente
471 possa ter efetivamente uma proposição para ser submetida a este Conselho,
472 mas tudo na procura que está sendo essa resolução zero setenta e nove, ela
473 foi muito importante, mas foi sem muito diálogo, sem ouvir vários grupos e
474 acabou tendo muitos problemas internos até hoje, então nós estamos trazendo
475 isso como sugestão, um estudo de profundidade, trazendo a necessidade de
476 reunião com os técnicos da COGER, a necessidade de reunião com os
477 municípios habilitados para ser inclusive na forma de um seminário público
478 objetivo para a gente tratar dessa questão e a partir daí aperfeiçoar essa
479 reformulação então, sugerir isso. Então na segunda-feira estarei à disposição
480 da Comissão. **Dr. Colares:** Eu não sei se alguém que comentar a respeito,
481 mas eu acho que a extensão dessa proposição é muito grande e a gente não
482 vai sair daqui, não vai e outra coisa é que é muito importante acontecer, o fato
483 de estabelecer um porte não vai significar que o município ele tem autonomia

484 dos municípios para a cem cento e quarenta já pode fazer, ele tem autonomia
485 para fazer. O fato de estar lá não significa que ele vá fazer, para isso o técnico
486 tem que ter a correspondente estrutura técnica para fazer. Hoje têm mais de
487 cinquenta mil postos de combustíveis e não tem um posto de combustível
488 acima de cento e cinquenta mil litros em torno da área urbana e eu vou para
489 aquele porto lá em Castelo dos Sonhos, lá em Itaituba. Eu tenho que cuidar de
490 tancagem os grandes tanques é isso que tem que focar preparar das áreas que
491 tem muita habitação e etc. Agora um município só vai licenciar, ele tem
492 autonomia, mas só vai licenciar se tiver estrutura técnica correspondente, ou
493 seja, isso vai ficar amarrado na resolução e o aprimoramento, isso vai se dar
494 ao longo do tempo, e outra coisa concordo contigo que deve ser ouvido a
495 equipe técnica da SEMA, aliás, desde o ano passado nós passamos, eu
496 particularmente um por um por todas as gerências para ouvir um por um esses
497 termos aqui, evidente se a gente tiver dúvida com relação a determinada
498 atividades do por quê do porte de aumento de determinados produtos tratando
499 ou por quê que a gente não abre mão desse, por exemplo, trapiche, portos,
500 pequenos portos, chamar a equipe técnica aqui, isso é uma coisa, porque nós
501 podemos dá objetividade, se a gente parar para fazer um estudo, fazer um
502 levantamento da estrutura do município, nunca os municípios terão estrutura
503 suficiente para fazer alguma coisa, gente, a prefeitura de Belém o ano passado
504 tinha quatro técnicos, para um milhão e quatrocentos mil habitantes. Então
505 essa possibilidade de ter ou não ter, é responsabilidade de gestor local. O que
506 a gente precisa saber é o seguinte que a prefeitura não pode licenciar e não vai
507 licenciar, se não tiver estrutura técnica, nós não vamos dizer: É Manejo
508 florestal, o cara não tem CEPF, SISFLORA ele não tem por que fazer,
509 entendeu? Nós temos inclusive justificativa técnica, mas daremos aos órgãos
510 de controle a possibilidade de intervir no município. O cara deu um
511 licenciamento de posto, tá tu tem autonomia para dá, cadê a ART e cadê o
512 especialista técnico que analisou? Não tem? O órgão de controle faz a
513 intervenção no município, eu não sei, eu quero dividir isso com vocês. Mas se a
514 gente parar tudo, não tem como. Agora devemos sim chamar para cada
515 segmento desse. Por exemplo, setor da pesca, reunir aqui, temos várias
516 atividades aqui de pesca. Se a gente tem uma legislação simplificada para
517 criação de peixe nativo até vinte hectares, porque que nós não passamos isso
518 para o município? Mas está aqui, três hectares. Três hectares ta dispensado
519 gente, entendeu? Qual é a dificuldade? O município claro, se o município
520 quiser licenciar pescado ele vai ter que ter o direito pesca, porque se ele não
521 tem. Se em Salvaterra não tem, não pode licenciar, ele tem autonomia. Mas
522 não pode licenciar, o importante é a gente fazer essas amarras. Agora o que
523 não dá, é eu está licenciando. Quantos criatórios de peixe têm aqui acima de
524 três hectares, no Estado do Pará? São milhares e eu tento pegar grande porte,
525 aí chamar a equipe técnica aqui lá da GEPAF. Olha senta aqui, pessoal tem
526 dúvida, trás aqui que resolve o problema. Fauna silvestre, não tem como o
527 município passar, por quê? O IBAMA passou para o Estado, eu vou passar

528 para o município? O município tem sistema? Não tem essa coisa que a gente
529 precisa, Carrera, objetivamente tratar. E a avaliação com relação à
530 estruturação do município, da integração tecnológica. Isso nós temos que
531 avançar. Estamos com o SISCAR aqui, vamos está com o SISFLORA dois,
532 vamos integrar o município. Eu quero dizer para os senhores que eu reservei,
533 nós temos doze milhões de euros no KFW, doze milhões, já chamei o pessoal
534 lá para a fiscalização, MARQUEZIN, vai entrar no PPCAT, esse dinheiro vai ser
535 investido para um projeto estratégico de fiscalização e a base dele estruturante
536 é não só a base de apoio tecnológico, para fazer ações no interior. Mas
537 principalmente para a estruturação entre Estado e município com relação a
538 financiar os sistemas integrados, é isso que tem que ser feito se eu esperar
539 para isso, gente. Nós hoje estamos prestando ineficiente serviço à sociedade,
540 se a gente não tiver uma iniciativa aí. Eu de todos Carrera, o que eu proponho
541 é, se ouvir a equipe técnica, inclusive de licenciamento, para discutir a
542 pertinência de abrir mão ou não por parte do Estado de determinada atividade,
543 aí isso eu concordo. E a gente pode fazer reuniões separadas com a equipe
544 técnica, só finalizar, porque se eu for passar como eu já passei isso aqui para
545 as equipes técnicas, a gente não consegue porque nós não temos tempo. **Dr.**
546 **José Carlos:** Presidente, a minha proposta é o seguinte, eu acho que todo
547 mundo pode se manifestar vivemos em um Estado onde é importante a
548 manifestação geral, nós temos meios modernos para isso, então o que
549 acontece, segunda feira a gente reúne a comissão e sai da reunião da
550 comissão com uma proposta, uma minuta de resolução e publicamos no site da
551 SEMA para consulta pública. E já saímos daqui com data marcada no COEMA
552 para decidir isso, os técnicos terão acesso todo mundo vai ter acesso, quem
553 quiser se manifeste, o interessado é o presidente da comissão, com todas as
554 manifestações possíveis, porque se a gente for ouvir os municípios nós não
555 vamos ter consenso, pelo seguinte o município de Belém é uma realidade, o
556 município de Canaã dos Carajás é outra, o município de Cachoeira do Arari é
557 altamente diferente. Então cada um vai ter uma opinião e se a gente for tentar
558 entrar em um consenso e ligar essas opiniões a gente não vai conseguir isso.
559 não é possível, então haverá as manifestações, nós fazemos a avaliação uma
560 semana antes da reunião do COEMA. Emite o relatório e coloca para a votação
561 do COEMA e pronto e acabou. E acabamos com essa situação e vamos
562 resolver porque o Estado não pode ficar parado esperando isso, com relação
563 aos municípios, por exemplo, eu sei que o que o Carrera colocou é verdade,
564 você chega lá tem uma secretaria e no outro dia não tem, mas eu já tinha dito
565 em uma reunião, tinha proposto em uma reunião aliais, que parte do FEMA,
566 quando a gente for discutir o FEMA aqui, parte do FEMA a gente faça um
567 convênio, com a cooperação técnica, com o MINISTÉRIO PÚBLICO, com o
568 TRIBUNAL DE CONTAS do município para que a gente faça o primeiro
569 processo educativo com os prefeitos, depois basta o MINISTÉRIO PÚBLICO
570 entrar com uma ação prendendo o secretário e um prefeito, só um basta, como
571 solidário no licenciamento irregular, que os outros se ajeitem, não tem saída,

572 entendeu? Porque se a responsabilidade é dele, ele tem que cumprir a
573 responsabilidade dele, se ele não cumpre, a lei de crimes ambientais está lá
574 claramente dizendo. O que acontece quando não se cumpre uma legislação
575 ambiental, então pronto, como na responsabilidade é solidária, não tem jeito o
576 prefeito responde, tem gente que não assina documento ambiental pensando
577 que está livre, mas não está à responsabilidade é solidária, entendeu? Ainda
578 mais que teoria do domínio do fato não é Doutor Nilton? Acabou não tem jeito,
579 então minha proposta é essa: Segunda-feira reunião, MINISTÉRIO PÚBLICO e
580 é às nove da manhã, a comissão já está convocada, saímos daqui com uma
581 reunião do conselho, terminou a reunião lá a minuta pronta, publica no site da
582 SEMA, passamos para a SEMA, a SEMA, publica no site, para a consulta
583 pública, as pessoas se manifestam, uma semana antes a gente pega as
584 manifestações que vieram, faz uma reunião, consolida no relatório e vota no
585 COEMA. **Dr. Leal:** O que eu ia falar presidente, o senhor até falou e nas
586 ultimas reuniões da comissão o MINISTÉRIO PÚBLICO se manifestou através
587 da conselheira Eliane, que essa questão da cento e quarenta, e que ela
588 apresenta a mesma leitura, que os municípios estão hoje perfeitamente
589 autorizados a licenciar, o que existe, são mecanismos de controle e ajustes que
590 precisem ser utilizados para que os municípios que não tenham estrutura
591 mínima para atender aquela licença, não possam obviamente licenciar, eu
592 tenho conversado muito com o Carrera, nós de certa forma pensamos
593 parecido, não nessa questão nesse momento da consulta aos municípios, eu
594 acho que a gente pode trabalhar essa questão na frente, eu acho que é
595 interessante a gente trabalhar para frente, a gente precisa agora é dá uma
596 resposta a essa questão e poder realmente trabalhar porque eu queria dá só
597 um exemplo, tem município que eu conheço bem que tem cinco postos de
598 gasolina, nenhum licenciado porque os caras não chegam aqui em Belém.
599 **Carrera:** Quando a gente apresenta aqui essas proposições, nem os técnicos
600 nem a representação dos servidores estão desconhecendo a necessidade, a
601 urgência de nós reformulamos a zero setenta e nove, de maneira alguma, mas
602 nós fazemos essa ponderação no sentido de buscar e essa é a intenção da
603 comissão, de buscar qualificar ao máximo e que essa reformulação seja o
604 máximo possível duradoura, durante o tempo é com esse propósito. Agora o
605 COEMA e eu achamos, que nós termos que ter a sensibilidade e o COEMA
606 tem essa sensibilidade, no sentido de fazer uma discussão, por exemplo, são
607 questionadas muito as audiências públicas, são questionadas essas
608 audiências, elas não têm os efeitos, não tem a qualidade que deveriam ter, no
609 sentido da apropriação pela sociedade daquilo que é sua responsabilidade
610 também, defender e proteger o meio ambiente, nós do conselho deveríamos
611 ser exemplo, para que possamos engajar cada vez mais esta sociedade, não
612 de forma difusa assim geral, sabe? Porque tem alguns grupos específicos, não
613 dá para mistura equipe técnica como se fosse qualquer grupo de pessoas, nós
614 não somos privilegiados, mas também não dá para tratar no conjunto de tantas
615 mil pessoas que vão abordar pautar, no teor dessa consulta. Essa equipe que

616 trabalha diuturnamente com os municípios essa temática. Então não dá, “ta
617 aqui comissão dê a sua contribuição”, eu acho que isso inclusive, uma
618 proporção dessas pode não ter a intenção, mas ela acaba desprestigiando um
619 grupo importante que trabalha no sentido da qualificação no processo de
620 descentralização da gestão ambiental. Então eu não sou contrário a consulta,
621 mas eu acho que os dois segmentos, os municípios que fazem a gestão que já
622 estão habilitados e mais as equipes técnicas do licenciamento e da COGER,
623 sejam efetivamente chamadas pela comissão para que sejam ouvidas e dadas
624 suas contribuições. Municípios verdes, a gente tem uma proposta, a gente tem
625 feito muitas críticas aos municípios verdes e ao seu coordenador e vamos fazer
626 aqui oficialmente no conselho de servidores dessa casa. Os municípios verdes
627 têm a mania de querer se apropriar de dados de informações dessa instituição
628 de trabalho de técnicos, e não faz alusão, não faz menção, não indica a fonte.
629 Nós temos feito essa crítica aos municípios verdes, municípios verdes têm uma
630 forma e um método autoritário de tratar políticas públicas de combate ao
631 desmatamento e a outras questões ambientais. Quando atropela a atividade
632 dessa secretaria de meio ambiente, nós servidores aprovamos em assembleia
633 geral inclusive, repudio ao coordenador do programa municípios verdes, então
634 eu acho que nós temos que trazer a sociedade para fazer esse debate. Tem
635 urgência, tem. Mas eu acho que nós temos que trazer a sociedade naquilo que
636 a constituição diz que também é obrigação é dever do Estado e da sociedade a
637 proteção do meio ambiente, ela não vai se apropriar disso se não for chamada
638 efetivamente para debater as questões e debater com certo tempo, qualidade
639 para que a gente tenha produtos efetivos. Eu gostaria de refazer esse registro
640 não sou contrário a consulta, mas precisamos ter reuniões separadas com os
641 técnicos do licenciamento e da COGER, e mais os municípios verdes, certo?
642 Obrigado. Municípios verdes não retificando o licenciamento a COGER e mais
643 a comissão. **Dr. Colares:** Pessoal, eu vou pedir para a Kátia recolher de novo
644 esse material que está com vocês que houve uma mistura de quadros, fui
645 checar agora, está tudo misturado, vai só reorganizar, que misturou tudo. Só
646 para finalizar, está ajustada então a proposta da condução da zero setenta e
647 nove. Está ajustado, está fechado, vocês irão marcar segunda-feira para reunir.
648 E eu pedi neste caso a representação, tem aqui a representação do Carrera,
649 mas como o Evandro está comigo diretamente aqui na assessoria, ele vai fazer
650 essa conversa com a equipe técnica. Ele vai participar dessa reunião, por que
651 se for necessário chamar a equipe técnica para esclarecer, ele faz esse
652 caminho direto, não é tirar viú, é só para eu ter alguém acompanhado
653 diretamente. **Carrera:** A proposição não é se precisar é necessariamente
654 reunir, a sugestão que eu estou apresentando é essa necessariamente. **Dr.**
655 **Colares:** Então o que acontece, tendo essa dúvida chama a equipe, e vamos
656 trabalhar isso, tá bom? O que eu quero dizer é o seguinte, tu como
657 representante está presente, eu vou colocar o Evandro, para participar da
658 reunião, porque é necessária a articulação, chamar a equipe “tal”, para fazer e
659 ele vai fazer essa articulação, certo? E não estava previsto eu fazer essa

660 exposição agora para vocês, porque não estava previsto na pauta, a ideia era
661 eu fazer uma apresentação geral e vocês terem o documento na mão para a
662 leitura, só para fazer um esclarecimento geral. **Carrera:** Só uma questão
663 Colares? Não há consenso no que foi encaminhado pela proposta do José
664 Carlos, não há concordância nossa em dispor no sistema da SEMA a proposta,
665 entendeu? A proposição nossa é bem clara, fazer estudos mais aprofundados,
666 fazer tour pelos municípios, fazer a reunião com os técnicos para pode colocar.
667 **Dr. Colares:** Então, vamos fazer a proposta, proposta do José Carlos ou a do
668 Carrera, quem vota a favor do José Carlos? Quem vota a favor do Carrera?
669 Então, cinco contra três do Carrera, ta bom? Está aprovado o
670 encaminhamento? Está aprovado. Então eu pedi para recolher o material, por
671 que está tudo misturado eu fui olhar agora, então nós acertamos de ter um
672 horário só para fazer isso, tem duas opções, ou pelo andar da hora eu faço um
673 geral e eu então em uma próxima reunião vocês estão levando o material e ai
674 nós fazemos uma exposição. Se eu posso fazer, só dez minutos uma geral?
675 Olha, eu queria mostrar um quadro do orçamento para vocês terem uma ideia
676 do orçamento do que é a SEMA. Gente dá para enxergar? A gente tem muito
677 aquela ideia de milhões e milhões de orçamento, e é o primeiro quadro que eu
678 quero mostrar para vocês. O que é de fato dinheiro que tem na SEMA, o que
679 compõe a fonte de receita da SEMA, o tesouro, o recurso próprio que é o
680 FEMA, que entra. Alguns convênios que eu vou mostrar para vocês cada um,
681 certo? E outros recursos próprios, que estão entrando e que vai entrar a parti
682 deste ano a taxa de controle de fiscalização que é transferência do IBAMA para
683 gente, mas nós só conseguimos fechar isso com o IBAMA no ano passado,
684 então a partir de dois mil e quatorze deve entrar esse recurso, mas a
685 composição do recurso da SEMA, é tesouro. O FEMA, alguns convênios, esses
686 outros recursos próprios que eu vou explicar para vocês e a compensação
687 ambiental, só que a compensação ambiental que é um ponto extraordinário, ele
688 só pode ser aplicado exclusivamente na criação e manutenção de unidade de
689 conservação. E nós temos uma dificuldade, eu vou mostrar para vocês, porque
690 disso ao ponto que nós estamos tendo hoje. Um equacionamento, e ao
691 entendimento inclusive com a PROCURADORIA GERAL DO ESTADO de
692 compreender na compensação não só a modalidade de pagar, mas, a
693 modalidade de fazer, porque hoje já tem uma confusão no Brasil. Como todo
694 de que a compensação é uma obrigação de fazer e não de pagar, o que
695 acontece a empresa paga, entra, e ai não funciona, não roda e eu vou mostrar
696 para vocês como não roda. Mas para ter de maneira geral, se a gente pensar
697 desde dois mil e dez. Total do orçamento da SEMA, era setenta e nove
698 milhões, passou para setenta e um, passou para noventa, para dois mil e
699 quatorze, está cento e quatorze milhões. Só que se a gente exclui a
700 compensação ambiental, que para o ano nós iremos chegar a sessenta e oito,
701 dois mil e treze foi cinquenta e oito, se a gente excluir a compensação porque
702 tem restrições de uso, o orçamento da SEMA para dois mil e quatorze são
703 sessenta e oito milhões. Em dois mil e dez foram vinte e nove milhões. Dois mil

704 e onze quarenta. Em dois mil e doze cinquenta e oito. Dois mil e treze em torno
705 de cinquenta e oito, certo? Por quê? Eu excluí aqui para mostrar para vocês a
706 compensação ambiental, se vocês verificarem o total, é noventa, mas se você
707 excluir trinta e dois, só tem cinquenta e oito. Então nós trabalhamos com esses
708 valores aqui em baixo, porque esse aqui é da compensação, e ela tem
709 restrição de uso, não só pelo objeto, mas também pela exigência que implica
710 utilizar a compensação. O fato é que, a estrutura de receita nossa envolve
711 tesouro e se vocês verificarem. Tesouro em dois mil e dez foi dezesseis
712 milhões e hoje está trinta e quatro milhões, o tesouro é praticamente o dobro,
713 um pouco mais que o dobro, só que o tesouro se restringe a pagamento de
714 pessoal. Pode ser de folha e outras despesas correntes, que é a parte de
715 vigilância, combustíveis e etc. Aquilo que o tesouro paga fixamente entendeu?
716 Então na verdade o que nós temos aqui praticamente o tesouro é pessoal, a
717 SEMA só roda com o FEMA, o custeio, e aí eu vou explicar para vocês cada
718 conta dessas certo? Só para ficar em dois mil e treze, olha, trinta e quatro
719 milhões entrou no Estado, vinte nove entre pessoal, e aí três milhões do ODC
720 folha e outras despesas. Somado aqui vai dá trinta e quatro milhões de reais,
721 que eu quero dizer com isso? Nós gastamos muito com pessoal e gastamos
722 mal, e pagamos mal o servidor público, mas nós gastamos, saímos de treze
723 milhões para vinte e nove milhões, se a gente incluir o ODC da folha, saímos
724 praticamente de quinze milhões para trinta e dois milhões com o pessoal. De
725 dois mil e dez para dois mil e treze, trinta e dois milhões, recursos próprios,
726 FEMA, essa aqui é o que é repassado efetivamente para SEMA, doze milhões
727 em dois mil e dez, treze em dois mil onze, quinze e dezessete. Temos
728 aumentado a arrecadação, mas eu vou mostrar para vocês que apenas o que é
729 repassado para a arrecadação é maior do que isso, por quê? Porque junto com
730 a arrecadação do FEMA, desconta o DAE, chegamos a recolher do DAE quase
731 dezenove por cento só de DAE, fica na SEFA, porque é o pagamento de
732 serviços, isso é uma discussão de muito tempo é a corretagem da SEFA da
733 prestação do DAE, e para você ter uma ideia em dois mil e treze três milhões
734 ficou no DAE. Ainda tem o fato que no final do ano o governo segura parte
735 desse recurso para fazer caixa em relação a controle de déficit, aí nós
736 perdemos novecentos e sessenta e quatro mil reais em dois mil e dez, por
737 exemplo, perdemos dois milhões em dois mil e onze, eu vou mostrar para
738 vocês cada ponto desses, ou seja, certo? Efetivamente o que foi executado,
739 disponibilizado, liquidado para SEMA, em recursos próprios no FEMA. É isso
740 aqui, nós temos uma previsão, essa aqui é a previsão de recolhimento, vinte e
741 um, é a previsão orçamentária, mas essa previsão orçamentária de vinte e um,
742 vai está incluída aí o DAE. Estará incluída alguma retenção de
743 contingenciamento, entendeu? Necessariamente nós não vamos arrecadar,
744 não vai ser transferido para a SEMA esses vinte e um como aconteceu aqui.
745 Nós prevemos em dois mil e treze vinte e um milhões de arrecadação do
746 FEMA, mas só foi transferido, carimbado para SEMA dezessete, e como eu
747 vou mostrar para vocês desses dezessete ficaram dois lá, no final do ano, e o

748 que nós executamos em dois mil e treze? Em torno de doze milhões de reais,
749 certo? Outra questão, convênios, o que tem de convênio aqui, esse seiscentos
750 e sessenta e três é o que estava aqui em dois mil e dez e passou para nós. É
751 aquele convênio lá dos recursos hídricos, lembra? Que a gente fez, acabou
752 utilizando em recurso, para fazer o plano Estadual de resíduos sólidos. Nós
753 pegamos esse dinheiro aqui, colocamos parte do FEMA e fizemos a contração
754 do plano Estadual de recursos hídricos, e os de mais desses convênios aqui. O
755 FUNDO AMAZÔNIA foi negociado no governo passado em torno de quinze
756 milhões de reais, e foram parcelados, então isso é dinheiro para a compra
757 daqueles equipamentos que nós estruturamos a SEMA. Estrutturamos os
758 municípios, a história das motos, a história do kit para os municípios, nós
759 estamos adquirindo disso aqui. Esse do IPHAN é o recurso que, chegou em
760 dois mil e doze que é para a construção daquele parque da recepção turística,
761 do parque de Monte Alegre lá na serra da lua. Em torno de um milhão e pouco,
762 dá dois milhões porque aplicamos o dinheiro e nós vamos entrar com dez por
763 cento e vamos construir o terminal turístico da Serra da Lua, o MMA, eu já falei
764 certo? Que se refere ao plano de resíduos sólidos que nós contratamos é isso
765 que nós temos aqui. Agora, ter esses recursos, outros recursos próprios e taxa
766 de controle de fiscalização, esses recursos próprios que envolvem o SIDEPAR
767 e BERIGUA, foi por conta do nosso TAC, do carvão que eles depositaram o
768 dinheiro na conta da SEMA para contratação de uma auditoria externa para a
769 questão do carvão. E isso aí a gente vem trabalhando com o MINISTÉRIO
770 PÚBLICO FEDERAL, e a entrada desses trinta e três mil, já no ano passado
771 entrou por conta da taxa de fiscalização, a grande questão aqui gente, é a
772 compensação ambiental. A compensação ambiental em dois mil e dez tinha
773 cinquenta milhões. Quarenta e nove milhões da ALCOA a ORLA e uma ATI,
774 que era uma linha de transmissão, que foram projetos que tinham aqui em dois
775 mil e dez. Dois mil e dez não, a anterior a dois mil e dez eram cinquenta
776 milhões em dois mil e onze isso se reduziu para trinta e um, aí eu vou prestar
777 contas para vocês sobre o que aconteceu. Parte desse dinheiro foi utilizado,
778 inclusive para a manutenção do PEUT e etc. Mas também para contrato com
779 pessoal que é indevido, entendeu? Então esse dinheiro, inclusive parte dele, foi
780 retirado quinze milhões, para a SEFA e só voltou quatorze, porque nós
781 pedimos quatorze, e eu estou com um pedido que explique porque ficou na
782 SEFA oitocentos e quarenta mil. O fato é que, em dois mil e onze o nosso valor
783 da compensação era isso aqui, continuou em dois mil e doze, passou para
784 trinta e dois. Essa diferença era unicamente para aplicação de recurso. E em
785 dois mil e treze fizemos todo esse recolhimento de compensação ambiental.
786 Dois mil e treze voltou a cinquenta milhões porque nós incluímos aqui a
787 manutenção dos recursos da ALCOA, da ORLA, a ELETRONORTE que nós
788 passamos dois anos para ter a compensação da ELETRONORTE. Tanto da
789 eclusa quanto da hidrelétrica. Para vocês terem uma ideia, o TCU gastou vinte
790 e quatro mil reais por conta de um convênio que a SEMA tinha feito com o
791 POEMA, e por causa de vinte e seis mil passamos quatro anos sem o recurso

792 da negociação. O fato para vocês verem, está aqui o dinheiro da
793 compensação. Nós não gastamos um tostão se não forem adequadamente, Os
794 projetos hoje que estão executando, o que é que tem com a compensação
795 ambiental? Nós estamos fazendo a execução de obras no PEUT, inclusive não
796 é nem com o AMAZONÁRIO, tem muita gente dizendo que a gente vai gastar
797 muito dinheiro com o AMAZONÁRIO, não estamos gastando dinheiro com o
798 AMAZONÁRIO. O projeto lá, é o projeto da estação de recepção de quem está
799 usando o esportista que está usando, do pórtico, do estacionamento, dos
800 serviços do projeto de lazer, e o projeto AMAZONÁRIO, nós não estamos
801 gastando dinheiro da compensação. Nós estamos gastando o dinheiro da
802 compensação para a estruturação de base da administração lá no PEUT, que é
803 o estacionamento com os servidores a adequação da DIAP, da diretoria lá, da
804 DIPLAN, um pórtico e uma cancela para aguentar a entrada lá para os serviços
805 da SEMA. E inclusive aprovamos e eu vou mostrar para vocês, porque eu
806 quero fazer uma prestação de contas também da compensação ambiental.
807 Porque nós aprovamos com a segurança pública, uma UPP e uma escola de
808 adequação ecológica na própria comunidade, lá de Águas Lindas? Esse
809 cinquenta milhões nós temos uma planilha específica para tratar da
810 compensação ambiental, que eu quero mostrar para vocês. Hoje o maior
811 problema nosso é a execução e a operacionalização disso. Eu quero dizer nós
812 estamos negociando com a VALE, por exemplo, que ela nos deve sessenta e
813 dois milhões, e eu digo para ela: Isso aqui é o que vocês dizem que nos
814 devemos, porque para mim é duzentos e cinquenta, mas se está pacífico
815 sessenta e dois. Nós vamos ajustar com eles, nós estamos fazendo um projeto
816 no FUNBIO, está aprovado na câmara de compensação que esse depósito em
817 vez de vir para o Estado, ele seja aprovado no plano de aplicação nossa, para
818 a gente montar um plano de gestão com a CALHA NORTE, que envolve
819 quarenta e quatro milhões. E a estrutura administrativa da SEMA em Almerim,
820 Monte Alegre em Oriximiná, postos avançados, centro de tecnologia,
821 investimento em tecnologia e treinamento para os municípios para compartilhar
822 conosco tanto o monitoramento quanto a fiscalização na CALHA NORTE. E
823 mais investimento nas comunidades tradicionais, esse projeto todo eu vou ter a
824 oportunidade que assim que fechar isso entre FUNBIO e a VALE. A gente
825 possa fazer uma exposição para vocês aqui, esse dinheiro não entra na conta
826 da SEMA, mas é aprovado o plano de aplicação e eles vão ter que dá conta
827 daquilo que nós aprovamos sem essa ação, essa iniciativa, que a gente tem
828 que custurar com todo o cuidado, para não dá erro. Mas essa iniciativa, não
829 tem como. Eu desafio alguém poder mexer nesse dinheiro de forma correta e
830 como a legislação exige, é impossível a gente está tratando de mais de doze
831 milhões e setecentos e setenta mil hectares de unidade de conservação, lá na
832 CALHA NORTE. Ficando aqui na capital e ter que obedecer toda a regra de
833 administração pública, é impossível, mas só para vocês terem uma ideia, é isso
834 aqui. Cada um desses Recursos, cada um aqui eu vou mostrar a prestação de
835 contas lá do outro lado, certo? Que corresponde com as despesas que são

836 executadas e que não são executadas. Então isso aqui era uma geral que eu
837 queria mostrar para vocês, e eu vou dá uma geral do FEMA, já que é o grande
838 objeto nosso. Do FEMA, eu tenho para vocês, eu não tinha o controle de dois
839 mil e dez. Mas para vocês terem uma ideia, da estrutura de como fica e que
840 não fica do FEMA. Nós temos uma previsão orçamentária, de dois mil e onze
841 do FEMA de vinte um milhões. Previsão de receita, em dois mil e doze
842 dezessete. E dois mil e treze dezoito, se vocês verificarem a receita prevista de
843 dois mil e doze, a receita arrecadada foi acima da prevista. Aumentamos a
844 arrecadação, estava previsto dezessete, arrecadamos dezoito, estava previsto
845 dezoito arrecadamos dezenove. Mas essa é a entrada da arrecadação, agora o
846 que fica retido na SEFA com o DAE, em dois mil e onze três milhões, em dois
847 mil e doze três milhões, dois mil e treze dois milhões trezentos e cinquenta e
848 dois. Isso aí dá em torno de vinte por cento, é DAE, isso não chega na
849 secretaria, aí aqui é efetivamente o saldo do DAE, o quê que fica na secretaria
850 a ser destinado para a secretaria? Estão aqui, treze milhões, treze, quinze e
851 dezessete. Nós recolhemos dezoito, tira o DAE, fica dezessete, recolhemos
852 dezessete tira o DAE fica quinze, recolhemos dezessete tira três fica quatorze.
853 DAE, essa é uma discussão que eu tenho que falar com vocês, porque eu já
854 tive uma briga na SEPOF, porque as obras públicas do governo têm também
855 outra questão, não é só o particular que quer o atalho. As obras públicas
856 governamentais também querem atalho, e o problema que é serio, é o
857 pagamento de DAE. Além de não está previsto os projetos, estão inadequado,
858 tem que exigir a adequação, aí tem problema o projeto executivo não está com
859 a informação do local, não tem, aí a gente tem que brigar, e tem que brigar com
860 o DAE, e na hora não se quer pagar o DAE. A gente disse para a SEPOF, quer
861 pagar a taxa? Eu disse tudo bem. O caso da SESPA, nós estamos construindo
862 hospital lá em Itaituba, se a SEPOF, passar par nós, custo de diária,
863 hospedagem, passagem, e for isso para o tesouro, tudo bem a gente abre mão
864 de pagar a taxa, até porque taxa é uma lei que não foi a SEMA que fez, é uma
865 lei. Então todos tem que pagar, em um projeto de lei que a gente está
866 propondo a assembleia legislativa. Nós estamos tendo o cuidado de apontar lá
867 que obras públicas, e de interesse social, seja dispensado o pagamento. Mas
868 eu quero a compensação com relação a isso, porque o que nós daqui da
869 operação da SEMA, é que ela funcione e o FEMA. E para vocês terem uma
870 ideia, está aqui em dois mil e onze, ficou três milhões de DAE. Em dois mil e
871 doze, três. Em dois mil e treze dois milhões trezentos e cinquenta e dois, não
872 ficaram na SEMA. Sem contar que do dinheiro carimbado para a SEMA ficou
873 retido na SEFA esse saldo aqui, novecentos e sessenta e quatro, é retido na
874 SEFA, é contingenciamento. E eles não perguntam para a gente, se a gente
875 somar esses valores, é mais de trinta por cento do valor arrecado pelo FEMA e
876 o que vai efetivamente para a execução nossa. Olha só pessoal. Foi previsto
877 vinte e um, foi arrecadado dezessete, só foi executado isso. Onze, doze,
878 quatorze de dezenove milhões arrecadados efetivamente. Carimbado excluído
879 o DAE, dos dezessete milhões que sobraram para a SEMA, nós só

880 executamos quatorze, entendeu? Então veja só. De dezenove para quatorze,
881 são cinco milhões que ficaram anualmente na SEFA, cinco milhões. E essa que
882 é a briga que eu tenho, de dizer assim: Olha vocês não querem que tenha
883 cobrança de taxas de obras públicas, mas ficam com cinco milhões. Devolva os
884 cinco milhões que eu abro mão, a gente paga para licenciar, entendeu? Tanto
885 que eu fiz esse quadro aqui em baixo, porque eu fiquei imaginando. O Leal e o
886 José vão ler esse quadro e dizer, poxa Colares, você recebeu dezessete
887 milhões e só executou onze? Para onde foi esse dinheiro? Aí eu pedi para
888 incluir esse quadro para mostrar para vocês, olha, isso foi efetivamente
889 arrecado pra a SEMA. Só que dessa receita aqui três milhões duzentos e
890 sessenta e quatro, é DAE. Está aqui, foi arrecadado dezessete a previsão era
891 vinte e um. Três milhões duzentos e sessenta e quatro ficou na SEFA, como
892 DAE. Isso em dois mil e onze, do valor arrecadado ficou retido ainda novecentos
893 e sessenta e quatro. Se você somar isso aqui a execução financeira
894 propriamente dita disponível foi doze milhões, só que de fato em dois mil e
895 onze só foi executado onze, porque como em dois mil e onze, com a Tereza
896 aqui que foi toda aquela confusão que aconteceu aqui, praticamente eles não
897 executaram ficaram um milhão quatrocentos e sessenta e quatro do FEMA
898 para executar. Ficou um saldo financeiro depositado, isso ficou depositado com
899 saldo financeiro, está lá e é utilizado e tudo mais. Mas o que eu quero dizer é
900 que dos dezessete só sobrou para a gente doze, não é simplesmente uma
901 incompetência de execução, mas é que dos dezessete que foram carimbados
902 para a SEMA, se tirou três para o DAE, foi retido novecentos e sessenta e
903 quatro e está aqui. Dois mil e treze para ficar na minha administração, foi
904 arrecadado dezenove, de DAE, ficou dois trezentos e cinquenta e dois, retido
905 na SEFA. Tanto que houve anulação de empenho de quase alguns cem
906 processos que aconteceu em todos os órgãos. Com a gente foi anulado
907 empenho desordenadamente, resultado. Dos dezenove carimbados para a
908 SEMA, cinco milhões ficaram no meio do caminho e não foi o gestor que
909 desviou esse recurso. Está lá na SEFA, cinco milhões, desses cinco milhões, o
910 saldo financeiro de execução foi trinta mil, isso vai pra a conta do FEMA e fica
911 lá, acumulado. Por conta disso nós vamos esse ano gastar, se eu não me
912 engano, setecentos e poucos mil só de DAE, e eu chamei todo mundo e falei
913 não vamos comprometer o orçamento de dois mil e quatorze, isso tem que ser
914 pago do que está retido lá. Então já temos superávit financeiro, vamos pagar,
915 tanto que houve problemas aí, com a água, xerox, telefone, copo que não
916 tinha, acabou o contrato de tudo, porquê? Porque foi anulado o empenho e na
917 hora para você contratar de novo. Eu perdi o telefone, pancada de coisas.
918 Então isso aí eu vou demonstrar para vocês, para cada um, para onde foram
919 esses recursos da execução de custeio e investimentos com cada categoria de
920 gasto. Cada elemento de gasto com relação ao custeio e o investimento em
921 outra oportunidade, porque para cada um eu tenho a evolução da despesa do
922 tesouro. O que foi gasto do tesouro? Pessoal é custeio do tesouro, FEMA, o
923 que entrou, e o que foi gasto? Em termos de custeio e investimento, porque o

924 FEMA é só para custeio e investimento da SEMA. E algumas atividades que
925 nós fizemos, de apoio a comunidade indígena, ou um projeto que tem de apoio
926 a EMATEC, TIJOLO VERDE, mas é um ou outro projeto que a gente faz
927 porque nós não temos condições. Vamos utilizar o FEMA para financiar o
928 desenvolvimento de atividades ou algum projeto mais longo, nós estamos
929 priorizando o FEMA com relação a equipamentos e tecnologia. E eu quero
930 avisar para vocês, que eu homologuei ontem a contratação do SISFLORA dois.
931 E nós vamos fazer o SISFLORA dois e fazer também, a do gerenciamento de
932 Recursos Hídricos. E nós vamos também pegar recursos do FEMA para tutelar,
933 que eu quero até este mês publicar o edital do sistema de recursos hídricos.
934 Então essa demonstração eu vou fazer para vocês detalhada. Inclusive eu
935 quero fazer uma exposição também detalhada do dinheiro da compensação.

936 **Dr. Leal:** Eu queria fazer um esclarecimento porque eu não só pretendo citar,
937 mas porque eu tenho sido realmente insistentemente até a cobrança da
938 questão do FEMA. Eu tenho insistido, e não é apenas por curiosidade é por
939 obrigação, e por uma legalidade acima de tudo. Porque se a lei de criação do
940 COEMA, ela coloca muito claramente que este orçamento. E a aplicação, e a
941 execução do orçamento precisam ser aprovadas pelo COEMA, coisas que não
942 está acontecendo e está colocando em riscos toda uma situação. Que nós
943 sabemos que existe de fato e bem feita. Mas que nós precisamos que tenha a
944 legalidade no funcionamento do orçamento e da execução deste orçamento
945 pela SEMA. E é essa a nossa postura aqui. E eu quero que fique isso muito
946 claro. E eu quero só acrescentar também que eu estou vendo aí, que a gente
947 possa está em algum lugar nos investimentos que precisam ser feitos no
948 próprio COEMA. Porque o FEMA contempla e tá parece àquela história do
949 ferreiro espeto de pau. Nós entendemos que precisa o FEMA patrocinar não só
950 projeto, mas como infraestrutura da própria SEMA. Mas o COEMA também
951 precisa se estruturar para exercer melhor a sua função. Então eu gostaria que
952 trouxesse também, presidente. Esses números que está sendo investido no
953 próprio Conselho. **Dr. Colares:** Nós fizemos um ajuste aqui de que a gente
954 faria a reforma desse prédio, adequando parte do prédio para o funcionamento
955 da Câmara Técnica e melhor reestruturação do COEMA. Isso tá previsto na
956 revisão da edequação desse prédio, que está previsto em um milhão e
957 oitocentos e pouco mil reais. Que é a readequação do prédio aqui, que na
958 readequação da reforma do prédio está o COEMA. Como está no programa de
959 trabalho, não tá referindo especificamente o COEMA, mas está na reforma e
960 adequação desse prédio. Isso está lá na previsão de despesas para dois mil e
961 quatorze. E o ultimo quadro se eu não me engano, onde tem obras e reformas.
962 É aquele valor de um milhão e oitocentos e setenta e três mil reais. **Dr. José**
963 **Carlos:** Colares é o seguinte estou comparando aqui e com orçamento geral
964 do Estado. A estrutura de financiamento da Secretaria de Meio Ambiente com
965 essa que você nos apresentou. Então na estrutura geral de financiamento de
966 orçamento geral do Estado nós temos sessenta e oito. E dois milhões no
967 orçamento do Estado. E são sessenta e dois milhões, pensando em recursos

968 ordinários trinta e oito milhões. Convênio um milhão e setecentos e oitenta e
969 sete. Recursos do FEMA vinte e um milhões. É a previsão, correto? Recursos
970 próprios do Fundo do Estado do Meio Ambiente com contas e correios
971 trezentos e cinquenta e sete mil reais. Estou falando do orçamento geral do
972 Estado. O que tá enumerado a gente tem que por. E nesse fundo deixaram de
973 fora os recursos próprios, termos de compromissos, as taxas elas não foram
974 alocadas no orçamento geral do Estado. As taxas, recursos próprios, termos de
975 compromissos próprios, taxa TSA. **Dr. Colares:** É esse aqui um milhão
976 setecentos e doze, porque isso aqui quando nós fechamos já tinha sido
977 aprovado o orçamento. Entrou no final do ano, e esse recurso da taxa aqui, por
978 exemplo. Inclusive deixamos a mesma previsão porque ainda não fechamos a
979 previsão com o IBAMA. E isso aqui entrou no final do ano em novembro ou
980 dezembro por aí. Tanto que nós deixamos constar aqui como previsão, isso
981 aqui pode ser modificado. **Dr. José Carlos:** E a Compensação Ambiental está
982 toda composta no orçamento do Estado. Mas só uma dúvida para eu poder
983 entender. A legislação da unidade de conservação no artigo trinta e seis, ela
984 fala da taxa. Tem um decreto regulamentado como cobrar a taxa, tem todo
985 aquele cálculo para fazer a compensação. Então o sistema funciona como:
986 Licenciamento ambiental e a fiscalização tentam evitar todo tipo de impacto,
987 adequando os projetos ou as técnicas de desenvolvimento sustentável, e aquilo
988 que não se conseguem evitar. Existem duas coisas: A mitigação através de
989 outras obras. E a compensação ela é clara está lá como faz para calcular. E
990 está lá também dizendo qual o destino dela. Que o órgão licenciador diz na
991 hora de estabelecer essa compensação ambiental. E para financiar a unidade
992 de conservação do fulano de tal, por quê? Porque o sistema ambiental
993 brasileiro prever que mesmo que ele faça todo o esforço no licenciamento, tem
994 alguns borrões que não podem ficar a disposição dos empreendimentos, não
995 podem. Então esses têm que ser financiados. Financiados por quem? Pelos
996 empreendedores porque está dentro do sistema, aí eu não compreendo.
997 Primeiro: Para onde foi, onde está esse dinheiro? Ele está depositado no fundo
998 em algum lugar, não sei? Segundo: Eu não compreendo a tua argumentação
999 de que é impossível gastar esse dinheiro. **Dr. Colares:** Não é impossível. **Dr.**
1000 **José Carlos:** Porque claro, por exemplo, vamos dizer o seguinte coloca o caso
1001 do prolongamento da João Paulo, que nós vamos ver daqui a pouco. Se os
1002 técnicos da SEMA não tivessem baixado o licenciamento complexo que era
1003 para o licenciamento simplificado. O Ação Metrópole teria que ter pagado a
1004 compensação ambiental. Prevista no artigo trinta e seis para impacto e para
1005 APA que era obrigação do licenciamento, correto? Esse valor e que iria
1006 compensar as obras que você está pagando com o FEMA. E que não deveria
1007 ser pago com o FEMA, que deveria ser pago com esse dinheiro da
1008 compensação ambiental. **Dr. Colares:** Não, só para esclarecer. **Dr. José**
1009 **Carlos:** Como é que gasta o dinheiro da compensação ambiental? Pelas regras
1010 da lei quatro mil trezentos e vinte. E da lei oito mil seiscentos e sessenta e seis.
1011 Fora disso eu não sei. Só para finalizar o que está acontecendo é o seguinte: O

1012 IBAMA está com problemas. Porque o IBAMA tentou dar um by-pass na
1013 Legislação Brasileira. E criou uma conta na Caixa Econômica para gastar fora
1014 da lei oito mil seiscentos e sessenta e seis. E da lei quatro mil trezentos e vinte.
1015 O TCU não deixou, e eles estão com um bilhão preso lá. Não é o nosso caso
1016 aqui. E no nosso caso nós não temos esse problema. Então PEUT, o que é
1017 que você que fazer? Apresente o projeto e faz a licitação e gasta. **Dr. Colares:**
1018 Hoje as obras do PEUT, o que estou dizendo obras que são executadas na
1019 administração técnicas que são executadas na compensação. O que eu
1020 chamei atenção que obras do Amazonário, que é obra daquele projeto que está
1021 sendo feito no Amazonário. Com pavimentação do acesso dos esportistas, das
1022 trilhas, a sinalização, o porte. Isso não está entrando na compensação. **Dr.**
1023 **José Carlos:** Aproveita e fala logo. Esse Amazonário foi licenciado? **Dr.**
1024 **Colares:** Lógico que foi. Não desculpa. O Amazonário não foi licenciado. O que
1025 foi licenciado foi à obra de apoio que foi o pórtico. A pavimentação,
1026 recuperação de trilha do pessoal que corre. O pórtico, uma cancela e o
1027 estacionamento para quem vai usar a trilha para correr. Isso separado foi
1028 licenciado, nós cumprimos todas as regras de licenciamento. E o Amazonário
1029 porque ele teve a LP toda, só o que ele pode fazer e parcelar a LI. Então nós
1030 acordamos em primeiro momento, já que era em menor complexidade aprovar
1031 esses projetos e ajustar. Porque hoje, o pessoal está usando o parque sem
1032 condições nenhuma. Então ficou acordado em fazer a obra do pórtico,
1033 estacionamento, uma unidade administrativa e da recuperação da
1034 pavimentação da trilha para dá condição de uso. E o Amazonário este
1035 propriamente dito, será objeto de um novo licenciamento. Que é o
1036 licenciamento da instalação dele, que é um projeto mais complexo. Mas no
1037 ponto de vistas da LP, ele já foi aprovado. **Dr. José Carlos:** O que é que foi a
1038 aprovado? **Dr. Colares:** A LP foi aprovada, não foi a licença de instalação do
1039 Amazonário específico. E o que eu quero dizer o recurso nós usamos para
1040 apoio, tanto que nós estamos executando lá. O projeto de estacionamento de
1041 um posto de entrada para SEMA, para a área técnica. Não é o projeto do
1042 Amazonário é um projeto de adequação a área técnica. Recuperamos a área
1043 da DIAP estou recuperando a área da DIPLAN e da DFISC. Esses recursos
1044 estão tidos dificuldades. Exatamente a oito meia, meia, meia, porque nós
1045 aprovamos em dois e mil e doze. Aprovamos na Câmara Técnica um PROA
1046 para executar isso. Passamos um ano para fazer licitação, um ano e volta vai
1047 ,volta vai. Nós não podemos fazer obra. Quem tem que fazer e a SEOP. A
1048 SEMA só pode fazer reforma, aí nós passamos para a SEOP. E a SEMA
1049 passou um ano e não fez, por quê? Outras obras são dadas prioridades e
1050 engata gente. Vou dar outro exemplo que era pra gente ter executado aqui com
1051 esse dinheiro. Nós estamos há dez anos para executar o dinheiro da
1052 desapropriação e da indenização das famílias que foram desapropriadas lá em
1053 São Geraldo, do Parque das Andorinhas. Só eu estou aqui há dois anos.
1054 Semana passada que conseguimos uma assinatura lá, para assinar os termos
1055 de compromissos pra gente iniciar a indenização. Tanto do Parque das

1056 Andorinhas, quanto do parque do Utinga. Anos, entendeu. É isso que estou
1057 dizendo das dificuldades de operacionalização. E outra às vezes tu pega o
1058 dinheiro para dar apoio ao conselho gestor de determinada unidade de
1059 conservação, se tu não tiveres prestação de contas adequada daquilo ali. Isso
1060 sai daqui, lá do Almerim para mobilizar os quilombolas, mobilizar a
1061 representação indígena. Tem que ter nota fiscal de tudo, se ele comprou um
1062 equipamento tem que ter licitação. Isso criar obstáculos quase transponíveis.
1063 Então o empreendedor, ele pegou o dinheiro dele aplicou, e que ver também a
1064 aplicação e cria todas essas barreiras. Por isso que a gente que fazer esse
1065 teste com relação a essa obrigação, não só de pagar. Mas a obrigação de fazer
1066 porque retira da gente. A gente aprova o plano de aplicação, aprova os critérios
1067 de aplicação, aprova tudo e o executor vai fazer porque nós assumimos
1068 responsabilidades aqui. Só para te dizer a ELETRONORTE nós passamos
1069 quatro anos, só eu passei dois anos para resgatar o dinheiro de pagamentos
1070 de sete milhões. Mais quatro são praticamente doze milhões devidos da
1071 ELETRONORTE sabe por quê? Porque eu tive um convênio entre a SEMA e o
1072 POEMA eles glosaram os vinte quatro mil. Eles diziam que não iam pagar, foi
1073 para o TCU. Eu passei dois anos negociando isso aí gente. Então a coisa é
1074 dura a gente dizer, quando as pessoas vêm comigo e por que tu não pedes
1075 recurso. Gente a SEMA tem cinquenta milhões hoje, e não consegue gastar é
1076 duro ter que dizer isso. E só para te falar com relação no orçamento do Estado,
1077 se tu reparares nós praticamente isso aqui tudo foi recolhido, já no segundo
1078 semestre do ano passado e não estava para virar no orçamento, entendeu.
1079 Mas eu vou mostrar para vocês como a gente tá definido. Nós temos recursos
1080 destinados à criação, nós temos recursos destinados à unidade de
1081 conservação do município. Esse dinheiro da ELETRONORTE esta todo
1082 previsto para o parque aquícola. Fizemos uma programação aprovado no
1083 Conselho lá, para destinar o recurso para o parque aquícola. Só que como é
1084 dinheiro, entrou no Estado vira dinheiro público. E como dinheiro público, tu
1085 tem que ter todas as regras de dinheiro público. Para eu fazer a revisão do
1086 plano de manejo do PEUT foram dois anos, foram dois anos. Tu fazes a
1087 licitação volta. É questionada volta. A gente tem que obedecer todas as regras.
1088 Por isso que cria toda essa situação que tem um volume de recursos, e
1089 eficientemente tu não dar operação a ele. Agora nós temos que aprovar o
1090 PROA para dois mil e quatorze. Inclusive tem uma discussão no TCE porque o
1091 TCE nos cobra, a SEMA evidentemente. E é duro porque na hora de tu
1092 executares, ter que te mobilizar. Ficar com a obra. Convencer um fiscal para
1093 ser fiscal. O Carrera sabe disso a dureza que é, entendeu. Mas eu vou ter
1094 oportunidade de mostrar para vocês e que está programado. E nós temos
1095 então para concluir este ano a indenização da comunidade da Serra das
1096 Andorinhas, a indenização da comunidade aqui do PEUT, os projetos aquícola
1097 de Tucuruí, tem também recursos previstos para o Parque da Pirelli. E nós
1098 estamos priorizando alguns projetos de compensação preferencialmente
1099 colocar a compensação no município lá em Itaituba, Senador José Porfírio,

1100 Rondon do Pará com a Votorantim para priorizar projetos. Então de maneira
1101 geral é muito rápido o que eu quero dizer, mas eu posso detalhar na próxima
1102 reunião que a gente tiver. Fazer um detalhamento da execução das despesas e
1103 os problemas. O que tem. O que não tem. **Dr. Nilton Gurjão:** Só para dizer
1104 que eu vou precisar me retirar porque eu vir preparado para outra pauta, e a
1105 pauta está sendo extensa. E eu tenho outra reunião no Ministério Público e eu
1106 vou ter que me retirar. E está mantida a reunião de segunda-feira, já mantemos
1107 contatos com o pessoal aqui da SEMA. Está tudo certo. Nove horas da manhã
1108 no Ministério Público e vamos tentar fechar essa resolução na segunda-feira
1109 mesmo. Obrigado! **Dr. José Carlos:** Eu só quero entregar para o presidente do
1110 COEMA um relatório que a OAB fez de análise do licenciamento ambiental do
1111 prolongamento da João Paulo Segundo. Então eu quero passar aqui, porque é
1112 uma responsabilidade que a gente tem com essa situação a nosso ver bastante
1113 grave. E eu quero ressaltar aqui que durante todo o licenciamento, só foi
1114 possível eu conseguir fazer esse relatório. Graças ao esforço dos técnicos da
1115 SEMA que mesmo pressionados politicamente pelo empreendedor, que é o
1116 Estado. E eu quero dizer que aqui é um problema seríssimo no
1117 autolicenciamento, nós temos que inclusive discutir isso na resolução do
1118 COEMA. Levar e colocar a questão do autolicenciamento. A doutrina hoje, já
1119 debruça sobre isso exaustivamente. O autolicenciamento é um problema, está
1120 certo. Porque a pressão política sobre o órgão licenciador é muito forte a gente
1121 sabe disso. Mas o esforço dos técnicos para deixar as suas marcas, suas
1122 pegadas das discordâncias da pressão que a gente estava sofrendo é evidente
1123 em todos os relatórios, Embora a conclusão seja diferente. E a gente entende o
1124 porquê para que a obra acabasse saindo. Então nós temos uma obra, que em
1125 termos que os técnicos usam tangenciando o parque em parte. Porque nós
1126 sabemos, eu tenho fotos inclusive que ela penetrou no parque, ela está dentro
1127 do parque. É uma unidade de conservação integral cujo uso é indireto, está
1128 escrito aqui. Nós temos um problema seríssimo que é o abastecimento de água
1129 da cidade de Belém. E eu peço atenção desse Conselho, eu já passei para os
1130 e-mails de todos os conselheiros, vou protocolar aqui. No dia primeiro de abril a
1131 OAB vai fazer uma audiência pública, e quer convidar todos para essa
1132 audiência pública, não queremos dizer que nós temos certeza de tudo. Nós
1133 queremos ouvir porque é muito sério, e nós queremos que a sociedade
1134 também saiba para que ela possa dizer o seguinte: Eu quero a mobilidade. Eu
1135 autorizei passar por dentro do abastecimento de água da cidade de Belém. Eu
1136 fiz isso. Então por exemplo, nós temos aqui um problema seríssimo que é a
1137 questão de esgotamento sanitário daquela região, que a COSANPA acabou
1138 ficando com a responsabilidade do licenciamento e apresentou apenas a
1139 licitação do projeto Vale. Os técnicos da SEMA discordando disso deixaram
1140 mais tempo. Que paliativamente deveriam ser construídas quinze bacias de
1141 efluentes fora do parque. E o empreendedor insistiu que colocaria dentro do
1142 parque por falta de recursos para desapropriação. Tem também uma polêmica
1143 que está no STF porque o governador Simão Jatene. Em dois mil e onze fez

1144 um novo decreto sobre o parque e esse decreto foi questionado pelo Ministério
1145 Público Federal através da ADIN quatro mil oitocentos e oitenta. Pode procurar
1146 que ela está em tramitação. É o ministro Dias Toffoli que é o relator, nós fomos
1147 também peticionar junto ao ministro Dias Toffoli para mostrar que o objetivo do
1148 decreto não era simplesmente a proteção do parque. Conforme foi dito nos
1149 argumentos da PGE e do governador. Era exatamente a obra. Nós vamos
1150 mostrar isso em uma petição ao ministro Dias Toffoli. Então vou protocolar
1151 perante o presidente e convidar a todos para a audiência pública. Mas vou
1152 fazer uma denúncia para ser discutida no COEMA na próxima reunião acerca
1153 do que deve ser feito. Em minha opinião e na opinião da OAB. A gente deveria
1154 parar a obra e fazer o licenciamento corretivo, mas isso é uma coisa para
1155 discutir. E eu vou trazer uma proposta de resolução nesse momento. Apenas
1156 vou protocolar o relatório para que o COEMA conheça o que está acontecendo
1157 no prolongamento da João Paulo. **Dr. Colares:** Não há nenhum problema de
1158 recepcionar este tipo de questionamento, e nós inclusive já demos respostas
1159 disso ao jornal. E a nós estamos dispostos a esclarecer, não há uma
1160 intervenção e eu quero demarcar bem. Se a pressão, pressão em cima do
1161 técnico é pressão técnica. Não é pressão política e nem do gestor. Jamais!
1162 Jamais! Este gestor aqui faria qualquer pressão para fazer a adequação para
1163 receptividade de legalidade ou de contrariar o interesse público. Jamais! Uma
1164 coisa é a pressão, tu estás do lado como tenho hoje aqui. Eu falei para vocês
1165 que nós temos dez portos. O cara está em cima toda hora, e uma equipe
1166 pequena tem que dar resposta do lado. Essa pressão existe, essa pressão
1167 existe! **Dr. José Carlos:** Colares, eu quero que fique claro que eu não falei
1168 que essa pressão vinha do secretário, até porque nesse licenciamento não tem
1169 uma assinatura sua em nenhum despacho. **Dr. Colares:** Mas o que eu quero
1170 dizer: Essa possibilidade de gestão política em cima aqui da SEMA. Confesso
1171 uma coisa para vocês, nunca o governador pediu uma coisa dessas. Porque
1172 ele sabe que eu não faço parte de “panela, panelinha, panelão, cuia, cuinha,
1173 cuião”. Não sou Cativo, sou servidor público. É claro que a pressão, ela existe.
1174 Do hospital geral daí que estava ontem comigo da obra para sair, eu digo não
1175 sai. Se a gente não tiver a LP adequadamente para poder pegar financiamento
1176 do BNDS. Como tem seis penitenciárias que está aí parada, porque nós não
1177 damos o licenciamento, aí o cara vem pra cima de mim. E eu tenho que aparar
1178 isso aqui. E fazer a pressão no devido grau e no limite que tem um quadro
1179 técnico para fazer. Esse tipo de pressão existe, assim como eu levo pressão, o
1180 técnico leva pressão também. Todo mundo quer o seu resultado, esse
1181 confronto existe. Agora no ponto de vista da incompatibilidade técnica, isso a
1182 gente vai discutir. Eu acho não só a OAB como todo mundo na sociedade e o
1183 estado de direito democrático. E a sociedade está aí para fazer isso. Como nós
1184 tivemos o caso do Ministério Público Estadual que questionou a aprovação da
1185 Alphaville. Questionou levantou e tal. Concluiu que estava correto, mas nós
1186 providenciamos todas as informações possíveis. Como tem também o que
1187 aconteceu com a Belo Sun. E esse tipo de discussão que eu acho que faz

1188 parte e importante na democracia. **Dr. Moura:** Só para deixar um ponto, que
1189 inclusive já falei com o conselheiro Zé Carlos, e que eu fiz parte e coordenei
1190 até o grupo que elaborou o termo de referência do projeto da ampliação da
1191 João Paulo. E depois que eu saí da NGTM da Ação Metrópole, é que se fez a
1192 licitação do projeto, e a licitação para construção. Então eu não posso assumir
1193 esse licenciamento, então essa audiência pública vai ser fundamental para
1194 verificar. Se o doutor Colares está de acordo com o termo de referência, que é
1195 o termo de referência elaborado pelo NGTM, lá na última gestão da
1196 governadora Ana Julia. Se ele foi respeitado ou se houve alterações depois
1197 para efeito de licitações, isso é que precisa ver. **Dr. Ary Cavalcante:** Bom,
1198 mesmo a gente não sendo membro do COEMA, mas como a PGE foi citada.
1199 Eu queria fazer alguns esclarecimentos quanto à ação direta de construção,
1200 que está tramitando no Supremo. Na verdade o que tinha e que o PEUT, ele
1201 nunca teve seus limites formais definidos, ele nunca teve. Tanto que a ADI, ela
1202 foi afetada em regime de urgência e a liminar não foi concedida. Isso já tem o
1203 quê? Mais ou menos uns dois anos, certo. A AGU concorda. E o que se fez foi:
1204 Definimos os limites do PEUT, que desde noventa e quatro quando ele foi
1205 criado pelo então governador Jader Barbalho, nunca teve isso definido para
1206 uma espécie de proteção e conservação que tem lá dentro. E inclusive o que
1207 se tinha tecnicamente. O que se achava que se chamava de limite do PEUT,
1208 que não era formal, mas técnico. O decreto que foi assinado definindo os
1209 limites do PEUT, inclusive aumentou a área dele. Então a questão está
1210 judicializada, o ministro Dias Toffoli não deu a liminar mandando suspender,
1211 mesmo tendo a licença afetada em regime de urgência, que é o livro próprio
1212 que eles têm na lei. E está sendo discutido. O próprio governador disse: Olha
1213 se for necessário, se faz uma lei para definir novamente esses limites. Porque
1214 o que está aí em discussão, lá com base enfim. É uma argumentação que a
1215 própria Procuradoria Geral da República fez. E quando o ministro disse para a
1216 Procuradoria Geral da República se manifestar novamente. O que está sendo
1217 discutido é outro decreto de desapropriação que não se trata efetivamente de
1218 definição de limite. E a AGU se manifestaram nesse caso com o fiscal da lei. A
1219 advocacia geral da união concorda com os argumentos do Estado. Era esse o
1220 esclarecimento. A ação está judicializada espero que tenha o quanto antes
1221 como disse o Colares, eu também sou servidor público. Espero que tenha o
1222 quanto antes uma definição e uma decisão, mas o fato é que o decreto
1223 definindo os limite do PEUT está válido até agora mesmo em judicializações de
1224 questões. Nós precisamos advogar e sabemos que sempre vai ter. **Dr. José**
1225 **Carlos:** Só para aproveitar o que ele colocou. Na realidade é o seguinte: A
1226 argumentação do Estado merece prosperar. A argumentação do Ministério
1227 Público fere a argumentação do Estado, da Advocacia Geral da União, porque
1228 logicamente quebrado. E eu quero parabenizar até a construção que foi feita na
1229 peça de resposta do governador. Porque qualquer ministro longe do problema
1230 não se arriscaria a ir contra. Inclusive a fé pública de declaração do governador
1231 que diz o seguinte: Olha, se eu não coloco esse limite, o parque fica

1232 desprotegido, aí ninguém vai dar uma liminar. Na realidade é o seguinte: Os
1233 decretos quinze cinquenta e um e quinze cinquenta e dois tinham que ter
1234 publicado no mapa, e não foi publicado no mapa naquela época. Mas o mapa
1235 foi publicado depois em outro decreto. Faltava limite apenas por causa do
1236 mapa. É o mapa foi feito apenas por quem? Pelo Batalhão de Polícia Ambiental
1237 junto com a SECTAM, eles que fizeram o mapa. Mas claro que para judicializar
1238 vai ser decidida e nós vamos oferecer ao ministro. Inclusive nós vamos
1239 convidar o ministro como permite o nível de convencimento, eu vou convidar.
1240 Eu pessoalmente vou convidar o ministro Dias Toffoli para está presente na
1241 audiência pública do dia primeiro. Para que ele ouça, inclusive todas as partes
1242 para saber do que se trata, porque se trata não só da discussão de uma cerca
1243 de um limite de um pedaço. Trata-se dos mananciais de abastecimento de
1244 água de toda a população da região metropolitana. **Drª Eliana Zacca:** Colares,
1245 eu só peço uma correção na minha fala na ata porque está trucada, não é para
1246 mudar a essência é porque ficou trucada e ficou de difícil compreensão. Eu vou
1247 mandar escrito por e-mail para a secretaria executiva do COEMA. **Dr. Leal:** Eu
1248 me esqueci de declarar inicialmente que estou aqui também representando o
1249 CREA que foi convidado, e eu não postei minha assinatura lá representando o
1250 CREA. E o presidente pediu muito que fossem mantidos os convites ao CREA
1251 e ele se fazendo presente. E eu quero só justificar uma questão, presidente. E
1252 eu não estou entrando no mérito da discussão do parque, porque eu acho que
1253 nós vamos ter oportunidade melhor na frente. E que essa questão lá de
1254 Miritituba, eu estive visitando por quinze dias a região durante o carnaval. E eu
1255 estive visitando um dos postos que está sendo licenciado pela prefeitura de
1256 Itaituba, como também eu visitei o porto da BUNGE. E me preocupou essa
1257 questão do calcário que principalmente que eu levantei. Porque eles estão já
1258 com o posto praticamente estabelecidos, construídos e não apresentou para a
1259 prefeitura de Itaituba, o estudo que nós solicitamos é essa uma das grandes
1260 preocupações. Porque eu como na qualidade de profissional da área, eu quero
1261 me isentar dessa responsabilidade, se vier acontecer uma catástrofe, uma
1262 situação que possa ter conseqüências desagradáveis impossíveis de serem
1263 remendado depois, obrigado. **Dr. Colares:** Bom, feito esse registro eu
1264 agradeço mais uma vez. E estou pretendendo realizar uma Reunião
1265 Extraordinária dia vinte e três de abril, e se houver possibilidade a minha ideia,
1266 ouviu Carlos. E que a gente fizesse no mesmo dia. Não sei se é possível. É
1267 para vocês avaliarem a Alphaville e a Votorantim. Mas visto que a Votorantim já
1268 fez a exposição. A Alphaville já fez exposição é apenas apreciação da Câmara
1269 Técnica, só que aí a gente encaminharia a Alphaville que já tá tudo, certo. Nós
1270 vamos dar uma checada, só um check list com relação à Votorantim. E a ideia
1271 que antes do dia sete, a gente encaminhe a Votorantim para a apreciação do
1272 dia vinte e três. Agora se os senhores toparem, eu comunico ao Alphaville para
1273 fazer uma exposição antes, para retomarem a exposição que ela fez ano
1274 passado para a Câmara Técnica. **Dr. Moura:** Eu queria fazer uma memória
1275 aqui, de uma decisão ou de uma solicitação que foi feita a secretaria do

1276 COEMA, de encaminhar por e-mail para os conselheiros o nome e a
1277 composição de cada uma das Câmaras Técnicas. Porque até agora nós não
1278 recebemos pelo menos eu não recebi. **Dr. Colares:** Só que houve um
1279 problema com o Milton, ele fez uma operação. Inclusive ele estaria hoje na
1280 reunião, mas deu um problema com ele de novo. Ele fez uma operação de
1281 vesícula e agora que ele está se recuperando. Ele passou vinte dias fora. **Dr.**
1282 **Moura:** Mas é para tomar cuidado com o encaminhamento desses projetos e
1283 pedidos de licenciamentos que houve uma pequena alteração na composição
1284 da Câmara Técnica de Infraestrutura e de Mineração. **Dr. Colares:** Então
1285 pessoal muito obrigado. E fica em princípio já acordado para o dia vinte e três a
1286 reunião da Votorantim, e se possível também o da Alphaville. **Dr. José Carlos:**
1287 É a resolução. **Dr. Colares:** A gente pode fazer pela manhã a Votorantim e a
1288 Alphaville, e a tarde a resolução. Muito obrigado.